



PARECER PRÉVIO Nº 39/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11418/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Antônio Iran de Souza (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Simone Rosado Maia Mendes - OAB/PI - 4550 OAB/AM - A666
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1303/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Antônio Iran de Souza** - Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2015 -, nos termos do art. 1º, I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto;

- 11- **Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 9 de Outubro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 39/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 39/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11418/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Antônio Iran de Souza (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP e DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1303/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2015.

Determinação. Irregularidade. Multa.
Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Determinar à Câmara Municipal de Boca do Acre**, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o **prazo de 60 (sessenta) dias** para o julgamento das contas do exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Antônio Iran de Souza**, Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2015;
- 9.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Antônio Iran de Souza** - Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2015 -, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto;
- 9.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Antônio Iran de Souza** - Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2015 - no valor de **R\$ 8.768,24** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), com fulcro no art. 308, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, conforme discriminado abaixo:



ACÓRDÃO Nº 39/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

9.3.1 - R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) - referente ao valor de R\$ 1.096,03 (hum mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada bimestre de atraso no envio dos RREOs no exercício 2015 -, decorrente da manutenção impropriedade elencada no subitem 3.1 do presente Relatório/Voto, referente ao item 01 da Informação n.º 135/2018 - DICAMI;

9.3.2- R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) - referente ao valor de R\$ 1.096,03 (hum mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada semestre de atraso no envio dos RGFs no exercício 2015 -, em decorrência da manutenção da impropriedade elencada no subitem 3.2 do presente Relatório/Voto, referente ao item 02 da Informação n.º 135/2018 - DICAMI;

9.3.3 - **FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.3.4- **AUTORIZAR** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Iran de Souza - Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2015 - no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), com fulcro no art. 308, III da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da manutenção das impropriedades elencadas nos subitens 1.2, 2.1.2 (ii), 2.3.1, 2.4.3 (i), 3.4, 3.5, 3.9 e 3.10 do Relatório/Voto, referentes ao item 2 do Relatório n.º 113/2016 da DICREA, aos subitens 7.1.2.4, 7.3.1.5, 7.4.3.1 do Relatório Conclusivo n.º 12/2017 da DICOP e itens 8, 9, 13 e 14 da Informação n.º 135/2018 da DICAMI, respectivamente;

9.4.1 - **FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE,



ACÓRDÃO Nº 39/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.4.2- **AUTORIZAR** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5. **Aplicar Multa ao Sr. Antônio Iran de Souza** - Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2015 -, no valor de **R\$ 10.500,00** (dez mil e quinhentos reais), com fulcro no art. 308, VI da REsolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da manutenção das impropriedades elencadas nos subitens 2.1.1 (i), 2.1.2 (i e ii), 2.2.1 (i e ii), 2.2.2 (i), 2.4.1 (i e ii), 2.4.2 (i), 3.6, 3.12, 3.13, 3.14, 3.16, 3.17, 3.22, 3.25, 3.27 e 3.28 do Relatório/Voto, referentes aos subitens 7.1.1.1.1, 7.1.1.1.2, 7.1.2.2, 7.2.1.1.1, 7.2.1.1.2, 7.2.2.2, 7.4.1.1.1, 7.4.1.1.2 e 7.4.2.1 do Relatório Conclusivo n.º 012/2017 da DICOP; e itens 10, 16, 17, 18, 22, 23, 31, 34, 37 e 38 da Informação n.º 135/2018 da DICAMI, respectivamente;

9.5.1 - **FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.5.2- **AUTORIZAR** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.6. **Recomendar à Prefeitura Municipal de Boca do Acre** que:

a) Observe, de forma estrita, os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 quando das contratações de serviços e aquisição de bens;

b) Preencha as informações no Sistema GEFIS com cautela, a fim de evitar equívocos que possam comprometer a atuação desta Corte de



ACÓRDÃO Nº 39/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 39/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Contas em seu mister constitucional; e

c) Atualize o Sistema Integrado de Controle Tributário, a fim de melhorar a sua fiscalização e cobrança dos valores referentes à Dívida Ativa do Município de Boca do Acre.

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição